

Processo : 222603-2/22
Origem : INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
Interessado : CÁTIA DA SILVA FERRAZ
Observação : REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2021

Senhora Coordenadora-Geral,

Trata o presente de prestação de contas anual de gestão, conforme dados acima registrados.

Retornam os autos após a expedição de Ofício PRS/SSE/CGC nº 33504/2022, na forma prevista no artigo 5º § 2º da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, com vistas à complementação da Instrução exarada em 14/12/2022 (Peças nº 40).

**1 – DO ATENDIMENTO AO OFÍCIO SANEADOR AO SRA. CATIA DA SILVA FERRAZ
DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV – DOC. TCE-RJ Nº
3.238-2/2023**

Através do Ofício nº 009/2023/MESQUITAPREV, Sra. Cátia da Silva Ferraz apresenta os documentos e esclarecimentos a saber:

1) Cadastro do Responsável pelas Contas no período de 01/01 a 19/01/2021, Sr. Leandro Machado Ferreira, atestando a entrega de sua Declaração de Bens e Rendias à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c os artigos 2º e 8º da Deliberação TCE-RJ n.º 180/94;

Resposta: Encaminhada à Peça nº 48.

Análise / Conclusão:

Foi enviado o Cadastro do Responsável pelas Contas no período de 01/01 a 19/01/2021, do Sr. Leandro Machado Ferreira, atestando a entrega de sua Declaração de Bens e Rendias à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c os artigos 2º e 8º da Deliberação TCE-RJ n.º 180/94.

Portanto, item atendido.

2) Quanto à diferença de R\$ 28.199,72, verificada entre o saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro, de R\$ 148.902.243, 35, e o saldo final apresentado na prestação de contas do exercício anterior, de R\$ 148.930.443,07;

Resposta: Encaminhada à Peça nº 45.

Em consulta ao sistema, não verificou-se a diferença apontada o saldo das disponibilidades do exercício anterior e saldo final na prestação de contas do exercício anterior, constando no sistema o valor de R\$ 148.902.243, 35, conforme Demonstrativos contábeis anexados.

Análise / Conclusão:

Analisando às peças nºs 48/49, verifica-se que as justificativas apresentadas pela jurisdicionada não procede, tendo em vista, que o saldo do exercício anterior, R\$ 148.902.243,35, diverge do saldo registrado (**R\$ 148.930.443,07**), no Balanço Financeiro – 2020 do TCE 221.506-9/21.

Este fato será motivo de questionamento na conclusão do processo em tela.

3) Encaminhar novo Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, contemplando os Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo;

Resposta: encaminhada à Peça nº 52.

Análise / Conclusão:

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição, conforme as Questões Normativas Pertinentes ao caso, em análise:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peças
		Sim	Não	NA	
5.7	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17) apresenta informações consistentes e demonstra saldo final compatível com o Balanço Financeiro, em consonância com o art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64?	x			51/52
5.8	O total do saldo contábil em 31.12, apontado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17), confere com os registros do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64?	x			51/52
5.9	Os débitos e créditos, originados no exercício, em valores expressivos , estão identificados nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 e encontram-se satisfatoriamente justificados nos autos?			x	52
5.10	Caso existam débitos e créditos, originados em exercícios anteriores, em valores expressivos , há informação nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 quanto à sua regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização destes?		x		52

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
5.10	A não informação nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 quanto à sua regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização destes, será analisada no item a seguir.

Portanto, item atendido.

4) Esclarecer quanto às providências para regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.475.597,79;

Resposta: Encaminhada à Peça nº 45, conforme transcrita abaixo:

Não foi vislumbrado o montante como débitos originados em exercícios anteriores. O valor corresponde a Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa – Banco Conta Movimento, todos regularizados em 2021, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial.

Análise / Conclusão:

Verifica-se que a justificativa apresentada pelo jurisdicionado não sana o questionamento em análise, considerando que o Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras - Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 evidencia que os débitos originados em exercícios anteriores, não foram regularizados.

Portanto, item não atendido.3

5) Esclarecer quanto à diferença de R\$ 43.138.395,44, verificada entre o montante registrado no Ativo Financeiro e o correspondente registro evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial (tabela 8);

Resposta: Encaminhada à Peça nº 46, conforme transcrita abaixo:

Da análise, verificamos que a divergência decorre do “equivocado” registro/inscrição. O valor em questão se faz presente no grupo de “CREDITOS tributários a receber (grupo esse subordinado ao ativo circulante), referente a CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER, conforme destacado em documento anexo. Na tabela 8, há de se ponderar que por tratar-se de “Créditos a Curto Prazo” o montante apresenta-se exorbitante. Nota-se que logo abaixo a esta informação há registrado de que os valores decorrem do Termo de Parcelamento 361/21. Assim, podemos concluir que fora computado o total inserido no parcelamento, quando o registro deveria corresponder até o 12º mês do exercício em análise (**todas pagas, conforme documentos anexos**).



Esclareço que já está sendo providenciado o correto registro contábil de tais valores efetivamente a receber, comprovando mediante extratos anexos que os créditos previdenciários a receber a curto prazo foram efetivamente repassados.

Análise / Conclusão:

As justificativas apresentadas pela Jurisdicionada comprovam que a composição do ativo circulante, rubrica outros créditos a receber, contempla valores que extrapolam o exercício financeiro (acima de 12 meses). Este fato será objeto de impropriedade no julgamento das contas tratadas no processo em tela.

Portanto, item atendido parcialmente.

6) Apresentar esclarecimentos quanto às providências adotadas no que concerne às divergências apuradas entre os saldos apresentados pela Tesouraria e os saldos constantes na contabilidade, anteriores ao exercício de 2021, mencionadas pelo Responsável pelo Setor Contábil em seu Relatório (esclarecer quanto à natureza das diferenças, bem quanto à sua regularização);

Resposta: Encaminhada à Peça nº 46, conforme transcrita abaixo:

A divergência é relativa a conta 20.793 – 4 (114110904000040) – UM MARLIM DIVIDENDOS FIA verificada após análise, ao final do exercício de 2021. A conta em questão não se apresentava no relatório da tesouraria devido a um erro em seu cadastro, ora regularizado (01/01/2022) conforme anexo 02 – Del 277 em anexo.

Análise / Conclusão:

A justificativa apresentada acima, assim como, o elemento encaminhado à peça 57 saneiam em parte o item em questionamento, considerando que a Lei 906/2015 (peça nº 18), em seu artigo 90 abaixo transcrito dispõe que:

“Art. 90 – parágrafo único: As contribuições previdenciárias devidas ao MesquitaPREV pagas em atraso ficam sujeitas à atualização pelo índice de preços ao consumidor amplo IPCA/IBGE além da cobrança de juros de mora de 0,5 (meio por cento) por mês de atraso ou fração e multa de 1% (um por cento) sobre o valor nominal.”

Considerando a quitação pelo valor original, **R\$ 2.739.595,25**, no exercício de 2022, será objeto de questionamento na conclusão do presente processo, para o cumprimento do dispositivo legal.

Portanto, item não atendido.

7) Esclarecer quanto às providências adotadas, no que diz respeito ao montante de R\$ 2.739.595,06, referente à contribuição patronal, retido e não repassado ao RPPS;

Resposta: Encaminhada à Peça nº 46, conforme transcrita abaixo:

O Ente foi notificado pela Diretora deste RPPS para que providenciasse o pagamento do valor não repassado, tendo sido QUITADO, conforme comprova extrato bancário em anexo.

Análise / Conclusão:

Em que pese a afirmação da comprovação da quitação do montante de R\$ 2.739.595,25, referente à contribuição patronal, retido e não repassado ao RPPS, percebe-se que a Administração deste Instituto Previdência, não considerou o Parágrafo Único do artigo 90 da Lei Municipal nº 906/2015, abaixo transcrito, que dispõem sobre a atualização das contribuições devidas a Mesquita-PREV:

“Art. 90 – parágrafo único: As contribuições previdenciárias devidas ao Mesquita-PREV pagas em atraso ficam sujeitas à atualização pelo índice de preços ao consumidor amplo IPCA/IBGE além da cobrança de juros de mora de 0,5 (meio por cento) por mês de atraso ou fração e multa de 1% (um por cento) sobre o valor nominal.”

Portanto, a quitação pelo valor original de R\$ 2.739.595,25 atinente à contribuição patronal retida e não repassada no exercício de 2022, contrariando o disposto no parágrafo único do art. 90 da Lei Municipal nº 906/2015 será motivo e questionamento na conclusão do processo em tela.

8) Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo

34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17: Contribuição Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença
Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50

Resposta: Encaminhada à Peça nº 46, conforme transcrita abaixo:

Seguem modelos retificados, cabendo esclarecer neste ato que não há diferença a ser recolhida, haja vista que já foi providenciado o repasse integral do valor devido.

Análise / Conclusão:

Verifica-se que o Modelo 34 da Deliberação 217 encaminhado à Peça nº 53 é idêntico ao documento elencado à Peça nº 31, que já fora objeto de análise anterior.

Portanto, Item não atendido.

9) Quanto à não correspondência entre o montante registrado no Modelo 34, a título de contribuições retidas e não repassadas dentro do exercício, e o registro a débito, no valor de R\$ 26.758.055,54, na conta créditos a receber a curto prazo;

Resposta: Encaminhada à Peça nº 46, conforme transcrita abaixo:

Segue modelo 34 retificado. Esclarecendo, na oportunidade, que o valor apontado de R\$ 26.758.055,54 esta registrado no Razão (Créditos previdenciários a receber a curto prazo – intra) lançado em 01/02/2021, referente ao Termo de Parcelamento 361/21.

A expressiva quantia, por tratar-se de credito a receber a curto prazo, evidencia erro de registro, cujo correto registro contábil já está sendo providenciado. Neste sentido informa que o valor que estava em aberto referente a contribuição previdenciária a receber, de R\$ 1.666,064,93 foi repassado em 2022 e **a única pendência existente do Ente para o RPPS foi quitada** no final do exercício conforme citado no item 07, no valor de R\$ 2.739.595,25 (extrato anexo) em conformidade com o item 10.1 do Ofício PRS/SSE/CGC 33504/2022. Valendo ressaltar, que as Contas de Governo Municipal, cuja única pendencia eram as contribuições não repassadas foram, inclusive, aprovadas porque ficou comprovado a regularidade dos repasses. Donde podemos concluir que se trata, de fato, de erro quanto ao registro.

Análise / Conclusão:

O Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 (Peça nº 53), que evidencia as Contribuições Regulares (Servidores e Patronal), não se encontra retificado, conforme afirma a Jurisdicionada, ou seja, é similar ao documento constante à Peça nº 31, que já fora analisado em análise anterior.

Entretanto, verifica-se à Peça nº 59, o encaminhamento de elementos que evidenciam o registro contábil dos Créditos Previdenciários a receber a curto prazo, contudo a falta da contrapartida entre o montante registrado no Modelo 34, a título de contribuições retidas e não repassadas dentro do exercício, com os registros contábeis não se encontram devidamente saneada.

Cabe ressaltar que o equívoco de registro na conta créditos a receber será motivo de ressalva e determinação no julgamento das contas tratadas no presente processo.

10) Quanto aos registros verificados no Modelo 36 serem semelhantes aos registros verificados no Modelo 34, sugerindo erro no preenchimento do documento. Deverá ser encaminhando um novo Modelo 36, corretamente preenchido, ressaltando que o mesmo é para evidenciar as contribuições regulares (Servidor e Patronal) devidas e

efetivamente repassadas à Unidade Gestora do RPPS, no que tange aos servidores integrantes do seu quadro de pessoal;

Resposta: A jurisdicionada informa à Peça nº 46, o encaminhamento do Modelo 36 devidamente, preenchido.

Análise / Conclusão:

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
11.1	O total devido de contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar) foi regularmente repassado ao RPPS no exercício?	x			54
11.2	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício, foi devidamente registrado, respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11?		x		05; 13 e 54
11.3	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e não repassado dentro do exercício, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico?			x	

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO												
11.2	<p>Quanto à divergência dos valores das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício, registrados respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11, conforme abaixo demonstrado:</p> <table><tr><td colspan="2">CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR</td></tr><tr><td>MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17</td><td>R\$ 19.339,67</td></tr><tr><td>ANEXO 17 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64</td><td>R\$ 7.218,76</td></tr><tr><td colspan="2">CONTRIBUIÇÃO DO PATRONAL</td></tr><tr><td>MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17</td><td>R\$ 39.367,87</td></tr><tr><td>ANEXO 11 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64</td><td>R\$ 20.558,46</td></tr></table> <p>Esta divergência será considerada na conclusão do presente processo.</p>	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR		MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	R\$ 19.339,67	ANEXO 17 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	R\$ 7.218,76	CONTRIBUIÇÃO DO PATRONAL		MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	R\$ 39.367,87	ANEXO 11 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	R\$ 20.558,46
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR													
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	R\$ 19.339,67												
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	R\$ 7.218,76												
CONTRIBUIÇÃO DO PATRONAL													
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	R\$ 39.367,87												
ANEXO 11 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	R\$ 20.558,46												

11) Quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante;

Resposta: Encaminhada à Peça nº 46, conforme transcrita abaixo.

Por se tratar de receitas próprias do instituto os valores retidos dos SERVIDORES são arrecadados diretamente na receita orçamentária, não passando assim pelo registro dos passivos e gerando receita direta.

Já nos demais órgãos os mesmos são tratados como passivos, por se tratar de repasses a serem feitos ao instituto.

Segue em anexo o relatório demonstrando os valores retidos em folha a título de contribuição do servidor do Mesquitaprev.



Análise / Conclusão:

As justificativas apresentadas não procedem e tampouco saneiam o item em questionamento.

Contudo, entendemos que a impropriedade, quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do

exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante, possa ser motivo de ressalva e determinação no julgamento das contas tratadas no processo em tela.

12) Quanto à não correspondência entre a contribuição patronal, retida e repassada dentro do exercício, entre os valores apresentados no Modelo 36 (R\$ 13.265.152,17) e o montante lançado no Balancete analítico (R\$ 44.130,14);

Resposta: Encaminhada à Peça nº 46, conforme transcrita abaixo:

Em diligência aos processos de pagamento com a finalidade de esclarecer o apontado, verificou-se que o valor real devido é R\$ 39.367,87 e não o registrado no Balancete analítico correspondente a R\$ 44.130,14. Isto pode ser comprovado através dos Relatórios de Pagamentos mensais anexos que montam o valor real devido e pago de R\$ 39.367,87. Verificou-se, ainda, que o erro ocorreu no registro

conforme Razão Analítica anexo.

Análise / Conclusão:

Devemos salientar que o Modelo 36 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, que fora retificado (Peça nº 54), registra o valor de R\$ 39.367,87, ratificando as justificativas apresentada acima pela jurisdicionada.

Ressaltamos que o equívoco cometido no registro contábil das Contribuições Patronais para o RPPS no Balanço Analítico será motivo de ressalva e determinação no julgamento das contas tratadas no presente processo.

Portanto, item atendido

2 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, sugere-se:

- **COMUNICAÇÃO**, com base no Inciso I, do artigo 15 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que a Sra. Cátia da Silva Ferraz, Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, apresentes os esclarecimentos munidos de documentação comprobatória, a saber:

1- Quanto ao saldo do exercício anterior, **R\$ 148.902.243,35** evidenciado no Balanço Financeiro do exercício 2021, diverge do saldo registrado **R\$ 148.930.443,07**), no Balanço Financeiro do exercício 2020 do TCE 221.506-9/21;

2- Esclarecer quanto às providências para regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.475.597,79;

3- Apresentar esclarecimentos quanto às providências adotadas no que concerne às divergências apuradas entre os saldos apresentados pela Tesouraria e os saldos constantes na contabilidade, anteriores ao exercício de 2021, mencionadas pelo Responsável pelo Setor Contábil em seu Relatório (esclarecer quanto à natureza das diferenças, bem quanto à sua regularização;

4- Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença
Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50

5- Quanto a quitação pelo valor original, **R\$ 2.739.595,25**, referente à contribuição patronal, retido e não repassado ao RPPS efetuada no exercício de 2022, contrariando o disposto no art. 90 da Lei Municipal 906/2015;

6- Quanto à divergência dos valores registrados das contribuições dos **servidores e patronal** (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício evidenciados no Modelo 36 da Del. TCE-RJ nº 277/17, com montantes registrados respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11, conforme abaixo demonstrado;

CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR	VALOR REGISTRADO (R\$)
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	19.339,67
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	7.218,76

CONTRIBUIÇÃO DO PATRONAL	VALOR REGISTRADO (R\$)
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	39.367,87
ANEXO 11 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	20.558,46

CAC-GESTÃO, 29/06/2023

ADONIS FERREIRA DA SILVA SOBRINHO
Técnico
Matrícula 02/003528

Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

CAC-GESTÃO, 29/06/2023

FLAVIA EYER MENEZES
Coordenadora-Geral
Matrícula 02/003647

DE ACORDO.

À consideração do Colendo Tribunal, ouvido previamente o **DOUTO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCE-RJ.**

SUB-CONTAS, 29/06/2023

DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matrícula 02/004310